
SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À TERCEIRA EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	11

PARTE I

CAPÍTULO I. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA TUTELA PROVISÓRIA	21
1.1 O instituto da tutela provisória realiza mandamentos constitucionais (protege a ameaça de lesão)	21
1.2 Devido processo legal – Considerações gerais	43
1.2.1 Origens históricas do princípio	45
1.2.2 Devido processo legal no direito brasileiro – Acepções processual e substancial	46
1.2.3 Algumas repercussões práticas do princípio do devido processo legal	47

CAPÍTULO II. O REGIME DA TUTELA PROVISÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	53
2.1 Classificação das ações e tutela provisória	53
2.2 Análise do Livro V da Parte Geral do CPC/15 – Generalidades	68
2.2.1 A tutela provisória de urgência	76
2.2.2 A tutela provisória da evidência	81

2.3	O art. 332 – julgamento liminar de improcedência	84
2.4	O julgamento antecipado parcial de mérito	91
2.4.1	As hipóteses de julgamento antecipado parcial do mérito.....	101
2.4.2	Conclusões sobre o julgamento parcial de mérito.....	105
2.5	A produção antecipada da prova.....	105
2.6	A tutela provisória – Outras considerações.....	114
2.7	Momento da concessão da tutela provisória	117
2.8	A tutela provisória e as decisões sujeitas à remessa necessária..	121
2.9	O dever de fundamentação da decisão que versa sobre a tutela provisória (arts. 298 e 489, § 1º do CPC/15)	123
2.10	Tipos de ação e a tutela provisória	125
2.11	Meios de efetivação da tutela provisória antecipada (arts. 297 e 519, do CPC/15)	138
2.12	Desobediência de ordem judicial e conduta criminosa – A previsão constante do inc. IV e dos §§ 1º ao 5º do art. 77 do CPC/15.....	147
2.13	A revogação ou modificação da tutela provisória (art. 296)	159

PARTE II

CAPÍTULO III. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA	169
3.1 <i>Caput</i> do art. 300 do CPC/15 – requisitos para concessão.....	169
3.2 Os parágrafos do artigo 300 do CPC/15	177
3.2.1 Contracautela e concessão de tutela provisória de urgência	177
3.2.2 Liminares e audiência de justificação prévia	182
3.2.3 O perigo de irreversibilidade da concessão da tutela provisória de urgência.....	185
3.3 Poder geral de cautela (art. 301 do CPC/15)	190
3.4 Como deve ser requerida a tutela provisória de urgência.....	194

3.5	A tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	199
3.6	A tutela provisória de urgência cautelar requerida em caráter antecedente	202
3.7	A tutela provisória de urgência requerida em caráter incidental.....	212
3.8	Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	214
3.8.1	Pressupostos para a estabilização	222
3.8.1.1	Pressupostos na perspectiva do autor	227
3.8.1.2	Pressupostos na perspectiva do réu.....	235
3.8.2	A extinção do processo.....	238
3.8.3	Da ação autônoma que busca a cognição exauriente	242
3.8.4	A coisa julgada e a estabilização.....	246
CAPÍTULO IV. DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE AS TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA ANTECIPADA E CAUTELAR..		255
4.1	Generalidades	255
4.2	Tutela de urgência cautelar e tutela de urgência antecipada – Diferenças e semelhanças	267
4.3	Outras liminares.....	277
4.3.1	A liminar em mandado de segurança.....	277
4.3.2	A liminar em ação popular	283
4.3.3	A liminar em ação civil pública	290
4.3.4	A liminar possessória	300
4.3.5	A liminar na ação direta de inconstitucionalidade, na ação declaratória de constitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	306
CAPÍTULO V. A TUTELA PROVISÓRIA DA EVIDÊNCIA.....		323
5.1	Generalidades	323

5.1.1	O abuso do direito de defesa e o manifesto propósito protelatório	328
5.1.2	A prova documental e a probabilidade fundada na jurisprudência	332
5.1.3	O pedido reipersecutório e o contrato de depósito	335
5.1.4	A prova documental e a ausência de dúvida razoável.....	340
CAPÍTULO VI. PROCEDIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA.....		345
6.1	A tutela provisória depende de pedido.....	345
6.2	Do órgão jurisdicional ao qual deve ser endereçado o pedido de tutela provisória – momento em que ela deve ser pedida	350
6.3	Respeito ao contraditório: uma imposição constitucional	352
6.4	Tutela provisória por meio de decisão interlocutória e recurso cabível	362
6.5	Tutela provisória na sentença e recurso cabível	369
6.6	Responsabilidade objetiva daquele em cujo benefício é concedida a tutela provisória.....	373
6.7	Conclusões.....	375
CAPÍTULO VII. TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL – TUTELA PROVISÓRIA E SENTENÇA – <i>Algumas considerações – Generalidades</i>.....		379
7.1	Antecipação de tutela recursal e tutela provisória – Semelhanças e distinções	379
7.2	Tutela provisória antecipada e agravo de instrumento	388
7.3	Sentença de improcedência e a tutela provisória antecipada	389
7.4	O caminho para restauração da decisão antecipatória de tutela diante da sentença de improcedência.....	390
7.5	Tutela provisória antecipada na própria sentença	392
7.6	Efeito suspensivo e os embargos de declaração.....	395
7.7	Tutela provisória de urgência cautelar recursal	396

CAPÍTULO VIII. O ARTIGO 497 DO CPC (TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER)	397
8.1 Considerações gerais.....	397
8.2 Medidas para a efetivação da tutela específica.....	412
8.2.1 O poder-dever do inc. IV do art. 139	414
8.2.2 A multa do art. 537.....	417
8.3 Hipóteses de aplicação do art. 497.....	424
8.3.1 Direitos da personalidade e sua proteção	424
8.3.2 Os direitos do autor.....	426
8.3.3 Os genericamente chamados “novos direitos” (“nuovi diritti”) e direitos incidentes sobre “bens semi-incorpóreos” e sua proteção no processo	429
8.4 Conclusões.....	433
CAPÍTULO IX. TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	435
9.1 Aspectos gerais	435
9.2 A tutela provisória e a remessa necessária.....	439
9.3 A tutela provisória e suas restrições criadas por lei.....	442
9.4 A suspensão da tutela provisória e das decisões de mérito proferidas contra o Poder Público	449
9.4.1 A suspensão da tutela provisória e da decisão de mérito – Discussão sobre a sua constitucionalidade	460
CAPÍTULO X. TUTELA PROVISÓRIA E AÇÃO RESCISÓRIA	463
10.1 A suspensão da efetivação do julgado rescindendo.....	463
10.2 Âmbito de utilização das tutelas provisórias de urgência cautelares atreladas à ação rescisória – fungibilidade entre as medidas cautelares e as decisões antecipatórias de tutela	468
10.3 Conclusões.....	472

CAPÍTULO XI. TUTELA PROVISÓRIA E ARBITRAGEM.....	475
11.1 Algumas considerações	475
11.2 Cabimento da tutela provisória em âmbito arbitral, competência para seu estabelecimento e a sua efetivação	478
 CAPÍTULO XII. BREVE REFERÊNCIA À TUTELA PROVISÓRIA NO DIREITO ESTRANGEIRO	 487
12.1 Considerações de cunho histórico.....	487
12.2 Itália.....	490
12.3 Alemanha	501
12.4 Portugal.....	510
12.5 França.....	513
12.6 Argentina.....	520
12.7 Estados Unidos	523
12.8 Conclusões.....	524
BIBLIOGRAFIA	527
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	563